

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO

BARREIRAS NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO BRASIL E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS

EMILY NICOLLY DOS SANTOS PEREIRA

CUIABÁ – MT

2025

PROJETO: Barreiras na Participação Política das Mulheres o Brasile seus Impactos Econômicos

INTRODUÇÃO

A participação das mulheres na política brasileira ainda está longe de refletir a diversidade da sociedade. Apesar de avanços importantes nas últimas décadas, como a criação da Lei de Cotas (Lei nº 9.504/1997), que exige que pelo menos 30% das candidaturas sejam de mulheres, a presença feminina nos espaços de poder segue extremamente limitada. Em 2022, por exemplo, as mulheres ocupavam apenas 15% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 12% no Senado Federal, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Essa desigualdade vai além de uma questão de representatividade: ela impacta diretamente a qualidade das políticas públicas e o desenvolvimento do país. Com menos mulheres em cargos de decisão, temas fundamentais como licença-maternidade, creches públicas e o combate à violência doméstica muitas vezes não recebem a devida atenção. Além disso, estudos como o da consultoria McKinsey (2020) mostram que o Brasil perde cerca de R$ 382 bilhões por ano por conta das desigualdades de gênero no mercado de trabalho — um prejuízo que também reflete a exclusão das mulheres da política.

Diversos obstáculos continuam dificultando a entrada e a permanência das mulheres na vida política. A violência política de gênero, a sobrecarga do trabalho doméstico — que recai 73% mais sobre as mulheres do que sobre os homens, segundo o IBGE (2023) — e a distribuição desigual de recursos eleitorais são apenas alguns exemplos. Em 2020, por exemplo, apenas 2% do Fundo Eleitoral foi destinado a campanhas femininas.

Diante desse cenário, este projeto tem como objetivo identificar os principais entraves à participação política das mulheres, medir seus efeitos econômicos e propor soluções práticas baseadas em dados. Com o apoio do laboratório da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a pesquisa vai unir análise de dados eleitorais, modelagem econométrica e entrevistas com atores políticos para responder a uma pergunta central: Como a baixa representatividade feminina na política brasileira afeta o desenvolvimento econômico e social do país?

Ao buscar respostas para essa questão, o projeto pretende contribuir não só

para o meio acadêmico, mas também para a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas — reforçando a ideia de que promover a equidade de gênero na política não é apenas uma questão de justiça, mas uma necessidade para o avanço do Brasil.

JUSTIFICATIVA

Considerando que:

1. Identificar barreiras: Analisar fatores como discriminação, falta de apoio partidário e violência política de gênero, que afetam 48% das candidatas, segundo a ONU Mulheres (2021).
2. Avaliar impactos econômicos: Mensurar como a baixa representatividade feminina influencia indicadores como PIB, produtividade e desigualdade salarial, considerando que o Brasil perde R$ 382 bilhões anualmente devido à desigualdade de gênero no mercado de trabalho (McKinsey, 2020).
3. Propor soluções: Utilizar dados e ferramentas do laboratório da UFMT para modelar políticas de incentivo, como a ampliação de cotas e o financiamento prioritário para candidaturas femininas.

A desigualdade de gênero na política brasileira leva a decisões que muitas vezes deixam de lado as necessidades específicas das mulheres, como a ampliação da licença-maternidade, a criação de creches públicas e o combate à violência doméstica. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), as mulheres gastam 73% mais tempo do que os homens em tarefas domésticas não remuneradas, o que prejudica sua participação na vida pública. Além disso, a falta de recursos para campanhas femininas é um desafio crucial: em 2020, apenas 2% dos fundos do Fundo Eleitoral foram destinados a candidaturas de mulheres (TSE, 2022).

OBJETIVOS

1. Objetivo Geral

- *Analisar as barreiras que impedem a participação política das mulheres no Brasil e seus efeitos na economia, com suporte metodológico do laboratório da UFMT.*

2. Objetivos Específicos

- Mapear dados do TSE, IBGE e IPEA sobre a representatividade feminina em cargos eletivos e sua relação com políticas públicas.
- Aplicar modelos econométricos, utilizando softwares como R e Stata disponíveis no laboratório da UFMT, para estimar as perdas econômicas decorrentes da sub-representação feminina.
- Elaborar estratégias baseadas em evidências para ampliar a participação das mulheres na política, incluindo reformas no sistema eleitoral e programas de capacitação para lideranças femininas.

HIPÓTESE

A hipótese central deste projeto é que **a sub-representação política das mulheres no Brasil, resultante de barreiras como discriminação partidária, assédio político, divisão desigual do trabalho reprodutivo e acesso limitado a financiamento de campanha**, está correlacionada com:

- Menor priorização de políticas públicas voltadas à equidade de gênero (ex.: infraestrutura de cuidados, combate à violência doméstica);
- Ineficiências alocativa de recursos econômicos;
- Perdas anuais bilionárias no PIB, conforme evidenciado pela literatura internacional (Banco Mundial, 2020) e nacional (IPEA, 2021).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, as seguintes etapas poderão ser aplicadas:

1. Revisão Bibliográfica

- Serão analisados documentos legais, como a Lei de Cotas e a Lei Maria da Penha, além de relatórios do TSE, IBGE e ONU Mulheres, para contextualizar o tema.

2. Coleta de Dados

- Dados eleitorais do TSE e socioeconômicos da PNAD/IBGE sobre a presença feminina na política e no mercado de trabalho.
- Entrevistas com candidatas e parlamentares, em parceria com organizações como a Associação Brasileira de Mulheres na Política.

3. Análise Quantitativa

- Utilização do laboratório da UFMT para cruzar dados de representatividade feminina com indicadores econômicos municipais, como IDH e gastos em saúde.
- Simulação dos impactos do aumento da participação feminina no PIB, com base em estudos do Banco Mundial (2018) que indicam ganhos de até 30% com maior equidade de gênero.

VIABILIDADE TÉCNICA

O laboratório da UFMT oferece infraestrutura adequada, incluindo:

- Softwares para análise de dados (R, Stata, Python, Tableau).
- Acesso a bases de dados como o Repositório de Dados Eleitorais do TSE e micro dados do IBGE.
- Parcerias com núcleos de pesquisa, como o Núcleo de Estudos da Mulher da UFMT.

REFERÊNCIAS

1. 1. **IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: trabalho e rendimento.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pnad-continua.html.

2. 2. **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas públicas e equidade de gênero no Brasil.** Brasília: IPEA, 2021. (Nota Técnica, n. 45). Páginas 12-15. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/210327_nttdisu_n45.pdf.

3. 3. **MCKINSEY & COMPANY. O futuro do trabalho no Brasil: equidade de gênero como motor econômico.** São Paulo: McKinsey, 2020. Página 8. Disponível em: https://www.mckinsey.com/~/media/mckinsey/featured%20insights/gender%20equality/the%20future%20of%20women%20at%20work%20transitions%20in%20the%20age%20of%20automation/mgi-the-future-of-women-at-work-brazil-portuguese.pdf.

4. 4. **ONU MULHERES. Violência política de gênero no Brasil.** Brasília: ONU Mulheres, 2021. Página 27. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Relatorio_Violencia-Politica-de-Genero-no-Brasil.pdf.

5. 5. **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatísticas eleitorais: candidaturas femininas.** Brasília: TSE, 2022. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais. Acesso em: 10 out. 2025.

6. 6. **BANCO MUNDIAL. Mulheres, empresas e o direito no Brasil.** Washington, DC: Banco Mundial, 2020. Disponível em: https://wbl.worldbank.org/pt/resources/wbl-report-2020.